

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Programa de Pós-Graduação
Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional



EDUCAÇÃO AMBIENTAL ENQUANTO DIREITO FUNDAMENTAL

Autor(es)

Marcelo Langer Carneiro

Magno Pereira Da Silva

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE CAXIAS DO SUL

Introdução

Este estudo pretende reconhecer a educação ambiental como um dos direitos e garantias fundamentais insculpidos na Carta Magna de 1988, que, através de seu artigo 225, elevou a proteção ao meio ambiente ao status de norma constitucional, status esse que não costuma ser conferido à matéria pela doutrina. Sob esse prisma, faz-se necessária uma nova interpretação do artigo 225 de nossa Constituição Federal, sem o que tal norma não alcançará sua eficácia plena, restando prejudicados alguns dos mais caros direitos fundamentais do cidadão. Delimita-se esta pesquisa na importância de fomentarmos a educação ambiental enquanto questão de cidadania, e na perspectiva do respeito ao e da convivência comunitária e ecológica. A presente pesquisa é relevante pois centra-se, principalmente, na necessidade de preservação do meio ambiente, sem o que restará impossível a subsistência digna das gerações futuras.

Objetivo

Analizar a contribuição da temática da educação ambiental enquanto instrumento de promoção da dignidade da pessoa humana.

Material e Métodos

Para a condução desta pesquisa, efetuamos consultadas ao próprio texto constitucional, bem como a artigos e outras fontes bibliográficas que enfrentam o tema em comento. A metodologia adotada tomou por base a revisão bibliográfica, com a busca por referências teóricas em revistas universitárias publicadas em sítios eletrônicos de reconhecida relevância no âmbito jurídico-acadêmico, além da análise dos principais dispositivos referentes à abordagem específica na vigente Constituição da República Federativa do Brasil.

Resultados e Discussão

A Constituição de 1988 insculpe como princípio fundamental da República a promoção da dignidade da pessoa humana, que não se restringe a apenas uma ou outra dimensão estabelecida pelos direitos humanos, mas que é pedra angular, matriz de todos os direitos fundamentais. Nessa esteira, a educação ambiental emerge não apenas preocupada em defender e preservar o meio ambiente, mas como direito fundamental intimamente ligado aos demais pressupostos dos direitos humanos.

Ao analisarmos essa temática sob o viés dos direitos e garantias fundamentais que embasam o ordenamento

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Programa de Pós-Graduação
Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional



jurídico brasileiro, devemos fazê-lo na ótica do todo, do indivisível, uma vez que, enquanto direito fundamental, não pode ser barganhado, pechinchado. Até porque o próprio Supremo Tribunal Federal, considerando a interpretação evolutiva da matéria constitucional, já reconheceu que as normas que definem os direitos e garantias fundamentais não se encontram enclausuradas apenas nos limites do rol insculpido no artigo 5º.

Conclusão

O esforço empregado neste estudo buscou demonstrar a importância da contribuição da educação ambiental não só enquanto instrumento de preservação da vida ecologicamente sustentável, mas também, e principalmente, no tocante a contribuição da matéria para a promoção e proteção da dignidade da pessoa humana.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BÜHRING, Márcia Andréia et alii. ÉTICA E EDUCAÇÃO NA RESPONSABILIDADE POR DANO AMBIENTAL. Revista de Direito da UCS, 2009.

MADEIRA, Júlio César et alii. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ENQUANTO UM DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA. Revista Eletrônica do Curso de Direito – UFSM.